

Demétrio Magnoli

Agradeço o convite lisonjeiro dos organizadores e a oportunidade agradável de discutir este tema tão importante que é o futuro da China.

No final do século XIV, início do século XV, quando a Europa estava envolta na crise secular do final da Idade Média, a marinha da China Ming era, de longe, a maior marinha do mundo. A China da dinastia Ming tinha uma marinha mercante avaliada em mil embarcações de alto mar, singrava as rotas do mar da China Meridional, do Oceano Índico e algumas expedições chinesas chegavam à costa leste da África.

Por volta de meados do século XV, uma expedição chinesa capturou três girafas na costa da Tanzânia, na Ilha de Zanzibar. As girafas foram levadas de presente para o imperador chinês, mas apenas uma chegou viva. As outras morreram no caminho.

Talvez o imperador não tenha gostado do presente, porquê, poucos anos depois disso, por um édito imperial, proibiu a construção de navios de alto mar na China. Esse édito Ming de meados do século XV interrompeu o desenvolvimento comercial mercantil da China e cortou no nascedouro aquela que era a maior potência naval da época.

Esse é o momento que os portugueses estavam atravessando o Cabo Bojador e iniciando sua expansão marítima que conduz à chegada ao Brasil e à colonização da América. Não é preciso destacar a importância histórica desse édito Ming.

Talvez seja devido a eles que nós somos descendentes de ibéricos e não de chineses aqui na América. A grande dúvida que fica a partir dessa informação histórica é: por que o imperador Ming interrompeu, naquele momento, aquilo que era o desenvolvimento do poderio marítimo e mercantil do império Chinês?

Essa interrupção iniciou um longo ciclo de fechamento e de isolamento da China em relação ao mundo e marca um dos episódios de um padrão geopolítico chinês, que é um padrão cíclico de períodos de abertura e de fechamento em relação ao mundo. E períodos de expansão e de retração e isolamento. Padrão esse que prossegue pelas Idades Moderna e Contemporânea.

Esse padrão cíclico de abertura e fechamento corresponde a um conflito também histórico e muito antigo, entre as elites mercantis do sul da China, que eram as elites comerciais que controlavam essas embarcações de alto mar chinesas, e a elite política, a burocracia política confuciana de Pequim.

Esse conflito entre as elites comerciais do sul, as elites políticas do norte e as elites políticas de Pequim marcou toda a história chinesa. Naquele momento, quando o imperador Ming interrompe o desenvolvimento comercial da China, o que ele fazia era cortar no nascedouro as fontes de poder político e econômico de uma classe social que ameaçava o monopólio de poder da burocracia confuciana de Pequim.

A abertura atual da China, que começa em 1978-79, marca um ciclo de abertura, depois de um ciclo de três décadas de isolamento, que foi o ciclo da China Maoísta, e que corresponde ao período iniciado com a revolução de 1949. Essa abertura chinesa, suas bases e seus pilares são dois: o pilar político e o pilar econômico.

O pilar político dessa abertura foi estabelecido ainda por Mao Tsé-Tung no momento da visita de Nixon à China no início dos anos 70. Naquela visita não foram estabelecidos acordos diplomáticos. Na verdade, foram emitidas declarações políticas complexas e cuidadosas que tinham dois sentidos, essencialmente. Em primeiro lugar, elas tinham o sentido de estabelecer um acordo tácito entre os Estados Unidos e a China de contenção da União Soviética na Ásia. O segundo sentido

era o de reconhecimento pelos Estados Unidos, e pelo o Ocidente, de que existia uma única China e, portanto, da ruptura da sustentação de Taiwan como politicamente soberana e alternativa ao poder de Pequim. Essa é uma das bases da abertura chinesa daquilo que se pode chamar o Projeto Nacional Chinês, iniciado no final dos anos 70.

A outra base é econômica, e é o lançamento do projeto da chamada economia socialista de mercado, que me parece algo mais complexo e mais sutil do que uma transição da China para o capitalismo. Me parece que aí se encontra um empreendimento histórico, inédito, que é o empreendimento da transformação de uma elite política em uma elite econômica. Da transformação da classe dirigente política chinesa, formada na época do Maoísmo numa burguesia.

Essa transição que se busca na China contrasta muito fortemente com o processo que ocorre na Rússia desde o fim da União Soviética. Na Rússia pós-soviética o que se tem é uma divisão de esferas de poder entre a elite política e a elite econômica, uma nítida compartimentação das esferas de atividades de cada uma dessas elites. Compartimentação essa que fica muito clara e explosivamente evidente com o caso Yucos, onde a elite política russa envia uma clara mensagem aos dirigentes das corporações privadas russas, e essa mensagem diz que o poder político não será partilhado com os capitães de empresas na Rússia pós-soviética.

Na China o que acontece é uma coisa diferente. A elite política chinesa procura empreender um salto mortal, que não tem precedente histórico, embora tenha alguns paralelos com o processo alemão do século XIV. Mas, acredito, não tem precedentes históricos claros como salto mortal para se tornar uma elite econômica.

Ou seja, a velha contradição que vem lá do século XIV, que vem lá da época Ming, entre a elite política e a elite econômica, poderia no caso de sucesso desse projeto ser historicamente solucionada pela fusão entre a elite política e a riqueza econômica do país.

Esse empreendimento de produção de uma burguesia de Estado chinesa pode ser melhor entendida quando se analisa a estrutura socialista de mercado. A economia socialista de mercado lançada a partir das reformas de Deng Xiao Ping se estrutura com base em três setores complementares.

Um setor são as chamadas FFEs, as *foreigners funded enterprises*, empresas financiadas por estrangeiros, que incluem basicamente dois tipos de empreendimentos: as empresas transnacionais de propriedade privada completamente e as *joint ventures* entre empresas estatais chinesas e de capitais transnacionais. Um segundo setor são as SOEs, as *state owned enterprises*, empresas de propriedade estatal. E o terceiro setor é a agricultura camponesa de mercado, que se desenvolve com o fim do projeto de coletivização agrária. Há uma clara divisão de mercados entre esses três setores.

A agricultura camponesa de mercado é um empreendimento basicamente local com baixa capitalização, embora com um dinamismo maior do possa parecer. O setor das empresas estatais, embora há dez, quinze anos tivesse uma importância muito grande nas exportações chinesas, perdeu importância no setor exportador e continua tendo uma fração minoritária das exportações chinesas, mas essencialmente controla o setor de mercado interno.

As *foreigners funded enterprises* dominam nítida e claramente os setores exportador e de alta tecnologia da economia chinesa. Todo o empreendimento da elite política chinesa, todo esse salto mortal no sentido de se consolidar como elite econômica se baseia no lugar das *joint ventures*, no interior dessa estrutura da econômica socialista de mercado.

As *joint ventures* permitem que as elites políticas, por meio das empresas estatais, se associem a empresas transnacionais e adquiram a condição, a natureza, de elites econômicas. Elas conseguem se tornar elites econômicas pelo controle que têm do aparelho do Estado.

Na década de 90, entramos na segunda fase do processo de transição econômica chinesa. A novidade dessa segunda fase foi a permissão da existência de empresas privadas transnacionais completamente controladas por capitais estrangeiros. Isso não era permitido até o início da década de 90 e isso restringia as possibilidades de continuidade do crescimento acelerado da economia chinesa.

Depois dos acontecimentos da Praça da Paz Celestial em 89, há toda uma reestruturação da transição chinesa. E, no centro dessa reestruturação, como chave dessa reestruturação, está a permissão para investimentos estrangeiros completamente controlados por transnacionais sem *joint ventures*.

O que aconteceu nesses últimos dez anos é que essas empresas transnacionais passaram a liderar os setores exportador e de alta tecnologia da economia chinesa. As *joint ventures* tiveram uma redução percentual e relativa muito importante da sua participação nas exportações e no setor de alta tecnologia chinesa.

Essa redução, entretanto, eu gostaria de enfatizar, é relativa. O crescimento espantoso da economia e das exportações chinesas durante a década de 90 significa que as *joint ventures*, embora tenham perdido participação para as empresas transnacionais puras, aumentaram extraordinariamente as suas exportações e os seus ativos no interior da economia chinesa.

Para melhor entender a estrutura da economia socialista de mercado não basta apenas conhecer seus três setores, mas também conhecer a dinâmica do seu funcionamento. Isso é algo complexo, não há como expor aqui. Mas, pelo menos, em grandes traços, essa dinâmica é uma dinâmica singular, porque envolve as regras de funcionamento de uma economia de mercado, nas condições da existência de um Estado totalitário. São regras muito singulares, muito diferentes das regras da economia capitalista, porque aqui o que nos interessa basicamente são as relações horizontais entre empresas, que são extremamente limitadas e restritas.

As empresas chinesas, as *joint ventures* entre empresas chinesas e empresas transnacionais e as empresas estatais chinesas são obrigadas a atuar no interior de fronteiras definidas pelos limites administrativos provinciais. Ou seja, elas só podem se integrar verticalmente no interior dos limites geográficos das províncias. Isso porque elas dependem sempre do acesso privilegiado à burocracia partidária que controla o poder político em cada uma das províncias. E, porquê, sem essa relação especial com a burocracia partidária provincial, elas não poderiam atuar.

Esse limite provincial, essa ausência de integração horizontal, é uma desvantagem muito grande para as empresas estatais chinesas e para as *joint ventures*. Do ponto de vista das empresas transnacionais, esse limite não existe, porque suas relações horizontais ocorrem em escala global, em escala mundial. Elas não dependem de relações horizontais em escala nacional chinesa.

Isso ajuda a explicar um pouco a grande vantagem que as empresas transnacionais conseguiram nos últimos dez anos nos setores de alta tecnologia. E, na exportação, principalmente, de telecomunicações, máquinas industriais e eletrônicos.

O funcionamento singular dessa economia socialista de mercado faz com que apareçam aquilo que alguns economistas vem chamando de rendas de exceção. Quer dizer, nessa economia socialista de mercado, as empresas precisam, através de relações políticas e pessoais, conseguir exceções às regras.

Conseguir possibilidades particulares de investimentos e conseguir a suspensão temporária da aplicação de leis, regulamentações e regras, para que elas possam ganhar mercados e ganhar controle sobre recursos naturais.

As empresas que têm sucesso na China são aquelas empresas que conseguem obter rendas de exceção, que são rendas derivadas de relações políticas com o aparelho do Estado. As rendas de exceção estão abertas para as empresas estatais, para as *joint ventures*, porque elas estão ligadas a empresas estatais. As empresas transnacionais não precisam dessas rendas de exceção.

Isso significa que o setor privado nacional é extremamente restringido na economia socialista de mercado chinesa. E isso significa também que não se desenvolve uma classe empresarial separada, autônoma e independente, da classe política que controla o Partido Comunista chinês e o Estado chinês.

Dessa forma, a economia socialista de mercado não deveria ser vista como mais uma economia capitalista e a transição chinesa não deveria ser comparada muito rapidamente a processos como a transição russa ou as transições do Leste Europeu.

Uma última característica desse empreendimento da elite política chinesa para se transformar numa burguesia de Estado é a rede de relações que ela estabelece com a diáspora chinesa na Ásia oriental. A Ásia oriental apresenta, já há 150, 200 anos, uma importante diáspora chinesa – menos importante do ponto de vista demográfico e mais importante do ponto de vista econômico – que se espalha por vários países e por várias unidades políticas.

Hong Kong e Taiwan são, evidentemente, os exemplos mais claros da diáspora chinesa, mas Hong Kong e Taiwan são China. Fora deles, que poderíamos chamar de “Chinas exteriores”, há importantes elites chinesas em Cingapura, onde 90% da população é de origem chinesa, e também na Malásia e na Coreia do Sul, além do Vietnã. Na Coreia do Sul e no Vietnã, as elites chinesas são numericamente muito pequenas, mas são muito importantes do ponto de vista do controle dos ativos econômicos nesses países.

As redes de negócios estabelecidas entre as empresas chinesas estatais e as *joint ventures*, e a diáspora chinesa na Ásia oriental e na Ásia meridional, são aspectos cruciais deste projeto de constituição de uma burguesia de Estado chinesa. Hong Kong e Taiwan funcionam como as pontes para esse relacionamento especial entre os chineses de dentro e os chineses de fora da China, entre a nova burguesia chinesa e a diáspora chinesa na Ásia oriental.

Nesse quadro é que se pode entender melhor as direções principais da política externa chinesa atual. O eixo dominante da política externa chinesa atual é a conquista da unidade da China. Toda a elite política chinesa, toda a elite política de origem comunista na China, carrega na memória os tratados iníquos do século XIX, a política do *open door* e a fragmentação do litoral chinês, dos vales, dos grandes rios da China oriental, da fragmentação dessas áreas em portos livres e entrepostos de comércio das potências européias. Esse processo, que marca a crise final, a longa crise final da dinastia, e que se estende até a instalação da república por Sun Yat-Sen, no início do século XX, esse processo é um traço estrutural do pensamento político chinês.

A elite política chinesa, quando define como objetivo de sua política nacional a reincorporação de Hong Kong (que já foi realizada) e de Taiwan, o que ela faz é procurar fechar um ciclo de fragmentação do Estado chinês que tem mais de um século e meio. É por isso que se deve levar a sério a prioridade chinesa para a questão da unidade nacional. Quando o Estado chinês define a sua política de “uma China, dois sistemas”, ela abre o caminho para a resolução da espinhosa e complexa questão de Hong Kong.

Hong Kong reincorporada mantém a sua autonomia econômica, mantém traços da sua autonomia política, traços cada vez menores da sua autonomia política dentro de um sistema político que é um sistema de controle indireto, e que faz lembrar de alguma forma o Império Britânico e as suas formas de controle indireto sobre as colônias. Essa mesma política é a proposta chinesa para a reincorporação de Taiwan.

Hoje em dia, nos EUA, no contexto da emergência do pensamento dos neo-conservadores republicanos, há um intenso debate sobre como tratar a questão de Taiwan, e como encarar as pressões cada vez mais fortes em Taiwan por novos passos em direção à independência.

É importante fazer uma pausa para dizer que o que ocorre em Taiwan é a ascensão de uma elite taiwanesa, que se torna mais importante, que se organiza partidariamente, que disputa o poder com a velha elite chinesa de Taiwan. Essa elite taiwanesa, que é atraída pelo canto de sereia, da soberania política e da independência, ela está representada no governo atual de Taiwan.

A proposta de uma nova constituição para Taiwan, uma proposta freqüentemente levantada e esboçada pelo atual governo de Taiwan, é a fonte da mais recente crise política entre Taiwan e a China.

Nos EUA, de uma maneira que eu considero aventureira, ideólogos republicanos flertam com a idéia de apoiar uma nova constituição de Taiwan, que não seria ainda uma declaração de independência, mas que seria considerado pela China um passo decisivo nessa direção.

Me parece que não deveria haver dúvidas sobre a disposição chinesa de ir à guerra e colocar em risco todas as suas conquistas econômicas das últimas décadas em nome de Taiwan e em nome da subordinação, pelo menos formal, de Taiwan à idéia de uma China.

Hong Kong e Taiwan colocam uma questão de longo prazo para a transição chinesa, uma das grandes interrogações e uma das grandes encruzilhadas da transição chinesa, que é a questão da democracia.

Os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, em 1989, deixaram claro para muitas pessoas que a idéia da circulação de mercadorias, de capitais e de informações não poderia ser separada da circulação dos valores da soberania popular, da representação no governo, do voto, da liberdade de palavra, da liberdade de imprensa e da liberdade de organização.

Depois da repressão da Praça da Paz Celestial e até hoje, o movimento pela democracia se tornou muito subterrâneo na China, perdeu muita força e hoje em dia inúmeros observadores tendem a descontar esse movimento como se fosse um assunto do passado.

Me parece uma análise impressionista, baseada apenas na conjuntura, que tenderia a eludir o fato evidente de que a Internet, as telecomunicações, a telefonia, o próprio surgimento de uma economia de mercado singular e restrita, como é a economia socialista de mercado, colocam e recolocam o problema sempre da democracia.

Entretanto, mais do que essas pressões de fundo, a democracia está colocada, porque ela é exercida em Taiwan. Quando se fala em “uma China, dois sistemas”, a operação disso em Hong Kong foi relativamente fácil, embora continue a gerar atritos, porque Hong Kong era uma colônia britânica. Taiwan não o é.

A operação desse sistema em relação a Taiwan seria muito mais complexa e difícil hoje em dia. Não se vê como se poderia operar “uma China, dois sistemas” em Taiwan. Essa é uma questão de longo prazo que vai permanecer assombrando o projeto da elite política chinesa de se transformar em uma burguesia de Estado, mantendo o seu controle totalitário sobre a máquina política.

A China é um fator de estabilidade geopolítica na Ásia. Não se deve duvidar disso. Aquilo que assusta a China na Ásia é a hipótese, é a possibilidade do desenvolvimento de um programa nuclear pelo Japão. Toda a política asiática da China visa evitar que se abra uma porta extremamente preocupante nessa direção.

O programa nuclear da Coreia do Norte é visto pelo Japão com uma ameaça direta, e é visto pela China como um elemento de desestabilização regional, porque poderia provocar o início de um programa nuclear japonês.

A China, paradoxalmente, é fortemente favorável ao papel que os EUA desempenham como potência de estabilização regional na Ásia. É a presença dos EUA, das forças armadas americanas no Japão, na Coreia do Sul, no Pacífico e no Leste Asiático, é a presença do escudo nuclear dos EUA protegendo o arquipélago japonês, que formam o conjunto de condições que impedem o desenvolvimento de um programa nuclear próprio pelo Japão no médio e no longo prazo. A China é favorável à manutenção desse *status quo* porque o seu maior pesadelo é a presença de um Japão nuclearizado.

A China tende a embarcar com a mesma alegria com que a Rússia embarcou na guerra ao terror de Bush. A guerra ao terror de Bush instalou um novo paradigma na política e no direito internacional, que é o paradigma do direito à guerra preventiva, do ataque preventivo. Além de instaurar o novo paradigma, a guerra ao terror de Bush instalou uma nova linguagem, extremamente perniciosa nas relações internacionais, que possibilita aos Estados identificarem os seus inimigos internos em relação ao terror internacional de Osama Bin Laden e da Al Qaeda.

Esse procedimento vastamente utilizado por Putin nas últimas semanas diante do terrorismo tchecheno, onde se procura esconder as raízes nacionais e regionais dos atos de terror no sul da Rússia, esse procedimento de Putin de identificação do terrorismo tchecheno ao terror global de Osama Bin Laden, serve à China também em função dos seus problemas no Sinkiang Uighur, no chamado Turquestão Chinês, na região do extremo ocidente da China, nos limites da Ásia central, ex-soviética e do Afeganistão.

O separatismo do Sinkiang Uighur é um problema que assombra Pequim há muitas décadas. É um problema que gera toda uma política de transformação demográfica do Turquestão Chinês e de controle estratégico sobre essa região. Nos últimos tempos, em linha com o aumento das atividades do fundamentalismo islâmico no mundo, cresce a contestação regional no Turquestão Chinês ao poder de Pequim. O crescimento dessa contestação preocupa a China e faz com que os dirigentes chineses tendam a embarcar no discurso da guerra ao terror, que serve a qualquer Estado que tem problemas separatistas no seu território.

Esses problemas se complicam com a presença de forças americanas no Afeganistão e de novas bases americanas nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia central. Toda essa questão do Sinkiang Uighur está diretamente relacionada à política dos oleodutos e gasodutos na Ásia central. Não é por acaso que os chineses projetam um gasoduto que não tem nenhum sentido econômico, pela sua dimensão, pela sua extensão, um gasoduto entre o mar Cáspio e o litoral oriental da China. Algo que deixa a Muralha da China parecendo uma brincadeira de neném.

Esse gasoduto é um dos principais projetos atuais chineses, porque ele tem um sentido geopolítico de estabelecer o controle do Estado chinês sobre o Sinkiang Uighur e sobre a nova rota da seda, que é a rota que liga a Ásia central dos hidrocarbonetos ao leste chinês.